

Regimento Interno da CLDF



Módulo 1 – Noções Introdutórias



 O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o conjunto de normas e regras que orientam o funcionamento da casa, a organização dos trabalhos legislativos e o processo de tramitação das proposições. Esse documento é fundamental para garantir a ordem, a transparência e a eficiência do trabalho parlamentar.

ATENÇÃO!!!



- Novo Regimento Interno da CLDF aprovado em 11/12/2024.
- RESOLUÇÃO № 353, DE 2024.

O novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal (Resolução nº 353/2024) moderniza a Casa depois de quase 25 anos: digitaliza procedimentos (sessões virtuais e voto eletrônico), reorganiza a Mesa Diretora (2º vice-presidência e 4º secretaria), cria figuras políticas (líder da maioria/minoria), agiliza o processo legislativo (acaba com interstícios obrigatórios, derruba o limite de duas comissões de mérito e exige leitura de emendas), fixa 14 comissões permanentes, muda a data de posse dos deputados para 6 de janeiro e introduz punições financeiras por faltas, entre outras novidades.

1. Modernização tecnológica e transparência

Medida	O que mudou
Sessões virtuais	O presidente pode convocar sessões plenárias e reuniões de comissão totalmente on-line.
Votação eletrônica	Passa a ser regra nas votações nominais; antes ficava a critério da Mesa.
Sistema de Publicações Legislativas	Obriga que atos e pareceres sejam publicados em plataforma eletrônica própria, substituindo gradualmente o Diário da CLDF.
Adequação a SEI/PLe	O texto todo foi redigido para dialogar com o Processo Legislativo Eletrônico e o SEI-DF.

2. Estrutura de poder e liderança

Medida	Detalhe
Posse em 6 de janeiro	Deputados deixam de assumir no feriado de 1º de janeiro; eleição da Mesa ocorre no mesmo dia.
Mesa ampliada	Criação da 2ª vice-presidência e da 4ª secretaria .
Recondução	Só é permitida uma recondução ao mesmo cargo da Mesa por legislatura.
Líder da maioria/minoria & obstrução	As figuras passam a ter previsão expressa, dando legitimidade a manobras regimentais de oposição.

3. Comissões e colegiados

Medida	Antes	Agora
Número de permanentes	9 a 12 variáveis (dependia de alterações pontuais)	14 fixas (+5 criadas / formalizadas)
Reuniões remotas	Não havia previsão	Autorizadas
Limite de distribuição	Máximo de 2 comissões de mérito por proposição	Sem limite; presidente pode distribuir a quantas forem pertinentes

4. Processo legislativo mais ágil

MEDIDA	O QUE MUDOU
Fim do interstício automático	Quando não há emendas, 2º turno pode ocorrer na sessão seguinte, dispensando intervalo mínimo.
Emendas no Plenário	Leitura passa a ser obrigatória se o parecer for oral .
PPA obrigatório	A primeira sessão legislativa não pode ser encerrada sem aprovar o Plano Plurianual.
Sessões extraordinárias	Permitem votar matérias além da pauta que motivou a convocação, caso haja consenso.

5. Ética, disciplina e garantias

Medida	Conteúdo
Desconto por falta	Ausência injustificada em sessão ordinária gera redução de 1/30 do subsídio mensal.
Imunidade	Texto ganha redação clara: deputados só podem ser presos em flagrante por crime inafiançável, alinhado ao art. 53 da CF.
Impedimentos	Proíbe acumular presidência de comissão com cargo na Mesa ou Procuradorias Especiais, e limita cada deputado a quatro titularidades.
Código de Ética incorporado	O Código passa a ser parte integrante do Regimento, facilitando futuras alterações via resolução.

6. Disposições transitórias e vigência

O mandato da atual Mesa, presidentes de comissão, corregedor e ouvidor foi prorrogado até 5 de janeiro de 2025, garantindo a transição ao novo modelo.

Eleitos para o biênio 2025-2026 consideram-se empossados automaticamente em 6/1/2025, sem solenidade.

Proposições que já tramitavam seguem vivas, mas se ajustam às novas regras (art. 292 do texto).

7. Comparação direta com o regimento de 1998

Aspecto	1998	2024
Data de posse	1º de janeiro	6 de janeiro
Comissões permanentes	9 (variável)	14
Voto eletrônico	Opcional	Regra
Interstício 1º→2º turno	Obrigatório (salvo urgência)	Eliminado (salvo requerimento)
Penalidade por falta	Advertência informal	Desconto financeiro
Sessões virtuais	Não previsto	Previstas



Legislatura

 A legislatura é o período de tempo durante o qual um conjunto de parlamentares exerce suas funções após serem eleitos. No Brasil, a legislatura tem duração de quatro anos, tanto para deputados federais quanto para deputados estaduais/distritais e vereadores. No caso dos senadores, o mandato é de oito anos, mas a legislatura permanece a mesma, com renovação parcial a cada quatro anos.



Sessões Legislativas

- As sessões legislativas referem-se ao período anual de trabalho das casas legislativas.
- Do RICLDF

Art. 4º A Câmara Legislativa reúne-se, em sua sede:

I − ordinariamente em 2 períodos legislativos, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – extraordinariamente, durante os recessos parlamentares.



Da LODF

Art. 65. A Câmara Legislativa reunir-se-á, anualmente, em sua sede, de 1° de fevereiro a 30 de junho e de 1° de agosto a 15 de dezembro. § 1° As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2° A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, nem encerrada sem a aprovação do projeto de lei do orçamento.



Na LODF:

- Art. 67. A convocação extraordinária da Câmara Legislativa far-se-á:
- I pelo Presidente, nos casos de:
- a) decretação de estado de sítio ou estado de defesa que atinja o território do Distrito Federal;
- b) intervenção no Distrito Federal;
- c) recebimento dos autos de prisão de Deputado Distrital, na hipótese de flagrante de crime inafiançável;
- d) posse do Governador e Vice-Governador;



Na LODF:

Art. 67. A convocação extraordinária da Câmara Legislativa far-se-á: II - pela Mesa Diretora ou a requerimento de um terço dos Deputados que compõem a Câmara Legislativa, para apreciação de ato do Governador do Distrito Federal que importe crime de responsabilidade;



Na LODF:

Art. 67. A convocação extraordinária da Câmara Legislativa far-se-á: III - pelo Governador do Distrito Federal, pelo Presidente da Câmara Legislativa ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante;



Na LODF:

convocada.

Art. 67. A convocação extraordinária da Câmara Legislativa far-se-á: IV - Pela comissão representativa prevista no art. 68, § 5°, nas hipóteses estabelecidas nesta Lei Orgânica. Parágrafo único. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual tiver sido

Sessão Legislativa Extraordinária



Inciso / Alínea	Autoridade que convoca	Hipótese que gera a convocação extraordinária
Га	Presidente da CLDF	Decretação de estado de sítio ou de defesa que atinja o DF
Ιb	Presidente da CLDF	Intervenção no Distrito Federal
Гс	Presidente da CLDF	Recebimento dos autos de prisão de deputado distrital em flagrante por crime inafiançável
I d	Presidente da CLDF	Posse do Governador ou Vice-Governador
II	Mesa Diretora ou ⅓ dos deputados	Apreciação de ato do Governador que configure crime de responsabilidade
=	Governador do DF, Presidente da CLDF ou maioria absoluta dos deputados	Situação de urgência ou interesse público relevante
IV	Comissão Representativa (art. 68 § 5º da LODF)	Hipóteses específicas previstas na própria Lei Orgânica

Das sessões





Sessão legislativa: é o ano parlamentar da Câmara Legislativa (1.º de fevereiro \rightarrow 30 de junho / 1.º de agosto \rightarrow 15 de dezembro);



Sessão preparatória: é a reunião protocolar/cerimonial que, em 6 de janeiro dá posse aos deputados e elege a Mesa;



Sessões Plenárias: são as reuniões do Plenário (ordinárias, extraordinárias, solenes etc.) em que se votam projetos, realizam-se debates e homenagens.





Aspecto	Regramento	
Quando ocorre	6 de janeiro do 1.º ano da legislatura.	
Competências	Eleição e posse: I – dos membros da Mesa Diretora; II – da Comissão Representativa; III – dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes; IV – do Corregedor e do Corregedor Adjunto; V – do Ouvidor e do Ouvidor Adjunto.	
Natureza	Cerimonial; não há "Ordem do Dia" nem votações de mérito.	
Por que importa?	A sessão preparatória inaugura politicamente a legislatura; quem não presta juramento nela não pode votar nem exercer o mandato.	

Sessões Plenárias



Tipo	Dias/horáriopadrão	Finalidade
Ordinária (deliberativa)	Ter-qui, 15 h	Discussão e votação da Ordem do Dia
Extraordinária (deliberativa)	Em horários diversos das sessões ordinárias	Votar matéria específica ou, se houver acordo, pauta ampliada.
Solene/Comemorativa	Horários alternativos	Homenagens e concessão de títulos; não delibera proposições.



